

Os hodônimos da cidade de Lajeado-RS: sua natureza, suas interfaces

The street names in the town of Lajeado-RS: its nature, its interfaces

Kleber Eckert*
Vitalina Maria Frosi**

RESUMO: O presente artigo propõe-se a fazer um estudo hodonímico a partir dos nomes das vias públicas de Lajeado-RS. Para tanto, fez-se um levantamento dos nomes de todas as ruas, avenidas e travessas constantes no mapa urbano do município, os quais foram classificados e analisados à luz das taxinomias propostas por Dick (1990). Para dar sustentação teórica ao estudo, discutiram-se questões relacionadas à onomástica, à toponímia e à hodonímia.

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia.; Hodonímia. Lajeado-RS. Origem étnica. História sociocultural.

ABSTRACT: The purpose of this article is to study the denominations from public streets names in Lajeado-RS. Therefore, a survey of the names of all streets, avenues, and side streets on the urban map of the municipality was carried out, which were classified and analyzed under the taxonomies proposed by Dick (1990). To give theoretical support to this study, issues related to onomastics, toponymy, and hodonymy were discussed.

KEYWORDS: Toponymy. Hodonymy. Lajeado-RS. Ethnic origin. Sociocultural history.

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo realizar uma leitura histórica, linguística e sociocultural do município de Lajeado-RS¹, tendo em conta os nomes que foram dados às vias públicas urbanas, sejam ruas, avenidas ou travessas. Para tanto, é feito o levantamento dos nomes de todos os logradouros urbanos constantes no mapa do município, referente ao ano de 2013, disponível no site da Prefeitura Municipal (www.lajeado.rs.gov.br) e, a partir desses dados, são feitas considerações acerca desses hodônimos, levando em consideração o nome que receberam e as implicações decorrentes dessa nomeação.

Para atender ao objetivo da pesquisa, inicialmente, faz-se uma breve síntese de aspectos históricos e socioculturais do município de Lajeado, com ênfase nos processos imigratórios de

* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS – Câmpus Bento Gonçalves. Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul – UCS (2009) e Doutorando em Letras na mesma instituição.

** Professora do Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade e do Doutorado em Letras, ambos da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Mestre em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (1989) e Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (1997).

¹ O município de Lajeado emancipou-se de Estrela em 1891 e localiza-se na região do Vale do Taquari, a 110 km da capital do RS, Porto Alegre. A população de Lajeado está em torno de 71.000 habitantes (Censo de 2010) e sua área territorial é de 90 km². Como município mãe, Lajeado deu origem a 11 novos municípios, a saber: Guaporé, Encantado, Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Boqueirão do Leão, Progresso, Santa Clara do Sul, Sério, Marques de Souza, Forquetinha e Canudos do Vale. Fonte: www.ibge.gov.br. Acesso em 02 de jan. de 2013.

formação da comunidade, bem como nas características atuais do município. Na sequência, propõe-se uma reflexão sobre a onomástica e as relações dessa disciplina com outras áreas do conhecimento. Também se discute a diferença entre nome comum e nome próprio, entre signo linguístico e signo onomástico. Elaboram-se considerações sobre a opacidade e a transparência desse signo, a partir de estudos de Dauzat (1950), Guérios (1973), Dick (1990), Seabra (2006), Marcato (2009) e Mioranza (2009).

Especificamente na área da toponímia, que estuda o patrimônio dos nomes de lugar, são feitas ponderações acerca dos acidentes físicos e humanos nomeados para serem identificados como próprios, isto é, para serem diferenciados dos demais. Após, abordam-se questões relativas ao signo toponímico e às designações espontâneas e sistemáticas, além de se apresentarem as taxionomias de natureza física e antropocultural propostas por Dick (1990). As discussões sobre a toponímia baseiam-se nos princípios teóricos de Dauzat (1947), Dick (1990), Seabra (2006), Marcato (2009) e Isquerdo (2012).

Como microcosmo da toponímia, analisa-se o conceito da hodonímia, o seu objeto de estudo, bem como a importância e a simbologia da rua para o desenvolvimento das cidades, buscando-se suporte teórico nos preceitos de Dauzat (1947), de Dick (1996) e de Frosi (2010). Ainda, nas reflexões e análises hodonímicas, o presente estudo se ampara em pesquisas realizadas por Faggion, Dal Corno e Frosi (2008), Frosi (2010), Sartori (2010), Filgueiras (2011), Santos e Seabra (2011), Silva, B. (2011), Silva, M. (2011) e Cioato (2012).

Em relação à metodologia de pesquisa, primeiramente, foram listados todos os nomes de ruas, avenidas e travessas constantes no mapa oficial do município de Lajeado-RS, referente ao ano de 2013. De posse dos dados cartográficos, os hodônimos foram lançados em planilhas Excel e classificados segundo as taxionomias propostas por Dick (1990). Ainda, foram feitas subdivisões que serviram de base para a análise, tais como os antropo-hodônimos, que foram separados por gênero e origem étnica dos sobrenomes, e os coro-hodônimos, cuja subdivisão foi feita por cidades, estados e países.

2. Breve história sociocultural do município de Lajeado-RS²

Shierholt (1995, p. 13) acredita que o território onde hoje está localizado o município de Lajeado tenha sido habitado, inicialmente, por aborígenes ibiraiaras, pertencentes à tribo

² A síntese da história sociocultural do município de Lajeado-RS foi aproveitada do artigo sobre os antropônimos de Lajeado, publicado por Eckert (2013, p. 140-142) e que consta nas referências do presente artigo.

indígena Ibiaçá. De acordo com o pesquisador, os primeiros registros da localidade remontam ao início do século XIX, quando Lajeado era chamada de Conventos Velhos, sua primeira denominação oficial. Na época, os irmãos João e José Inácio Teixeira receberam sesmarias, que foram divididas em fazendas.

A partir do ano de 1853, terras compradas pela Companhia Batista Fialho de Vargas foram medidas pelo agrimensor alemão Carl Ernst Mützel, com o intuito de serem vendidas em pequenos lotes para os vindouros colonos alemães e seus descendentes (SECULTUR, 1997, p. 04). Portanto, o princípio da ocupação do território de Lajeado deu-se, no início do século XIX, por descendentes de portugueses e, meio século mais tarde, pelos alemães. É o que está evidenciado nos dados históricos que constam no site do IBGE (www.ibge.gov.br. Acesso em 02 de jan. de 2013): “Em 1858, já cultivavam o solo 188 pessoas, das quais 112 alemães. O relatório de Baptista, Fialho & Cia, em 1860, mencionava 231 colonos, sendo 145 alemães”.

A partir de então, a localidade começou a se desenvolver, tanto que, em 1875, foi elevada à categoria de sede distrital. Anos mais tarde, com a lei provincial de 26 de maio de 1881, a Freguesia de Santo Inácio dos Conventos foi estabelecida e instalada. Finalmente, pelo ato estadual nº 57, de 26 de janeiro de 1891, o município de Lajeado foi criado, o que era um pedido da população da época, que girava em torno de 18.000 habitantes (Fonte: www.ibge.gov.br. Acesso em 02 de jan. de 2013).

Depois do processo de emancipação, começou a imigração de colonos italianos e seus descendentes para a parte de Lajeado que era chamada de “Zona Alta”, que atualmente compreende os municípios de Progresso, Sério, Boqueirão do Leão, Pouso Novo, Nova Bréscia, Capitão, Encantado, Muçum e parte dos municípios de Marques de Souza e Travesseiro (Fonte: www.ibge.gov.br. Acesso em 02 de jan. de 2013). Esse processo migratório é destacado por Frosi e Mioranza (2009):

Nessa mesma década, inicia-se a ocupação espontânea das terras de Encantado. [...] Da Colônia Dona Isabel, de modo particular, deslocam-se grupos de imigrantes em demanda das terras de Encantado, de tal modo que no início do século XX, às margens do Taquari, a nova Colônia Encantado inicia sua expansão em direção ao norte... (p. 51).

Assim, diante do quadro de ocupação do território por portugueses, alemães e italianos, mostram-se alguns valores culturais trazidos pelos antepassados e que são mantidos até hoje. Como exemplos, destacam-se os grupos de danças folclóricas, as bandas, os corais comunitários, as sociedades comunitárias de lazer, entre outras. Já na atualidade, somam-se a

esses valores, os Centros de Tradições Gaúchas – CTG's, que estão espalhados por todo o município (SECULTUR, 1997).

Atualmente, Lajeado é a maior cidade da região do Vale do Taquari e, por isso, é conhecida como Capital do Vale. Como município polo, atrai empresas, trabalhadores e estudantes dos municípios adjacentes e, inclusive, de outras regiões. É a cidade da região que possui uma indústria diversificada, com forte tradição da produção de alimentos, móveis e pedras preciosas. Ademais, há uma expansão acelerada na oferta de serviços e na construção civil (SECULTUR, 1997).

É o que também pode ser percebido nas palavras do historiador Shierholt, quando qualifica o município de Lajeado em relação à região onde ele está situado:

Entrecortada pelas rodovias BR 386, RS 130 e a Rota do Sol, a localização de Lajeado na região é privilegiada. A diversidade na produção da pequena propriedade rural, a variedade na indústria e no comércio, e o espírito cosmopolita dos lajeadenses atraem migrantes, ampliam opções econômicas, integram etnias e transformam Lajeado num polo político, educacional, cultural e econômico regional, a capital do Vale do Taquari (SHIERHOLT, 2000, p. 92).

3. A onomástica

Define-se, por tradição, o léxico de uma língua como o conjunto de palavras que forma essa língua, as quais nomeiam e exprimem, nas palavras de Seabra (2006, p. 1953), “o universo de uma sociedade”. É a lexicologia que estuda o patrimônio lexical de uma língua e é dela que faz parte a onomástica, cujo objeto de estudo é a origem e a formação dos nomes próprios.

O termo onomástica é de origem grega, formado pelos elementos *onoma* (nome) e *tékne* (arte), cujo resultado é *onomastiké*, que significa *a arte de nomear*. A forma grega aparece no latim tardio como *onomasticon*, que evolui e chega ao Português como onomástica, embora haja pesquisadores que adotem a forma onomasiologia (GUÉRIOS, 1973, p. 15) ou onomatologia (VASCONCELLOS, 1931, p. 3). De acordo com Mioranza (2009), o vocábulo foi usado, por um longo período de tempo, para indicar o estudo de todos os nomes próprios, seja de pessoas, seja de lugares. A disciplina está em constante diálogo com outras áreas da linguística, dentre elas com a linguística histórica que

estuda as raízes antigas e distantes que propiciaram o surgimento e a fixação dos nomes e sobrenomes. Essa parte da linguística, que busca origens e remonta aos vocábulos antigos, é chamada de etimologia. Os estudos etimológicos se voltam, portanto, sempre para o passado e procuram interpretar não somente as raízes lexicais como também todo o contexto histórico e social em que elas surgiram (MIORANZA, 2009, p. 27).

A disciplina possui dois grandes campos de investigação, que são, conforme Marcató (2009), a antroponímia e a toponímia. A primeira, também conhecida como antroponomástica, é a que se ocupa dos nomes próprios de pessoa, isto é, os antropônimos. A segunda, chamada também de toponomástica, é a que se refere aos estudos dos nomes de lugar, ou seja, os topônimos.

A divisão da disciplina em duas grandes áreas também é apresentada por Guérios (1973), ao afirmar que

o estudo dos nomes próprios classificam-no primordialmente em *nomes de pessoas*, a que se dá o título de *Antroponímia* (expressão que pela primeira vez foi empregada por J. Leite de Vasconcelos na *Revista Lusitana*, I, 45), e em *nomes de lugares* ou *geográficos*, que se denomina *Toponímia* (nomes de nações, províncias, cidades, sítios, montanhas, vales, rios, etc.) (1973, p. 15, grifos do autor).

Em relação a essa divisão, Dauzat (1950) esclarece que tanto os nomes de pessoas quanto os de lugares sofrem os mesmos fenômenos de cristalização e de esterilização linguísticas. O autor alerta, no entanto, que os primeiros são bem menos arcaicos que os segundos uma vez que

o aspecto do solo, as montanhas, os rios e zonas ribeirinhas permanecem fixos durante dois ou três milênios de história; a cidade, a aldeia duram mesmo durante séculos. Ao contrário, as gerações se sucedem rápidas, favorecendo as mudanças e o desaparecimento de nomes, sobretudo no decurso de períodos turbulentos. [...] as variações de moda, tão poderosas para os nomes de pessoas, não tiveram quase nenhuma influência sobre os nomes de lugares (DAUZAT, 1950, p. 05)³

Embora dividida em duas grandes áreas, Seabra (2006) chama a atenção para a confluência da Antroponímia e da Toponímia. Nas palavras da pesquisadora:

Apesar de se constituírem em campos semânticos de dimensões variáveis da Onomástica – pessoa e lugar – têm na mesma uma relação de inclusão, uma vez que se encontram no onoma, em uma área de intersecção: o vocábulo ao deixar o seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, reveste-se de caráter denominativo – em uso dêitico ou anafórico – e passa a ser referencializado como topônimo ou antropônimo (p. 1954, grifos da autora).

³ As traduções do francês e do italiano para o português, constantes neste texto, foram realizadas pela professora Vitalina Maria Frosi.

O estudo dos nomes próprios leva-nos a questionar ainda acerca da diferença entre nome comum e próprio. Em relação a esse questionamento, Marcato (2009) problematiza a discussão afirmando que o impasse consiste em identificar um sistema de nomes próprios com relação a um sistema de nomes comuns, já que o objeto de estudo da onomástica são os nomes próprios.

Na mesma linha de reflexão, Guérios (1973) crê que a distinção entre o nome próprio e o comum é artificial na perspectiva do linguista, pois na sua origem, seja ela remota ou não, todos os nomes próprios eram nomes comuns. Apesar da aparente artificialidade, segundo o autor, existe uma distinção real e concreta:

Todos os vocábulos ou signos possuem “alma”, i. é, *sentido* ou *significado*, e “corpo” ou *significante*, que é, na linguagem falada, o *som*, e na linguagem gráfica a *escrita*. Ora, os nomes próprios não lembram hoje, no intercâmbio linguístico, os sentidos que despertavam outrora na sua origem, nem lembram outros, donde se conclui que são vocábulos desprovidos de “alma”, ou melhor, ficaram “petrificados”; apenas conservaram o “corpo” ou significante (GUÉRIOS, 1973, p. 15-16, grifos do autor).

De maneira muito semelhante, Marcato (2009) alerta que nem sempre a onomástica é vista como pertencente à linguística. Ela o diz porque o nome próprio não é considerado totalmente um signo linguístico, exatamente pela “falta (ou a debilidade) do *significado* que é uma parte (a outra é o assim chamado *significante*) de que é composto um signo linguístico” (p. 18).

A autora ainda complementa a reflexão ao justificar por que o signo onomástico é considerado uma etiqueta ou um rótulo:

Com relação a um signo linguístico, o signo onomástico é formado por um *significante*, uma entidade fônica que se reporta diretamente a um indivíduo, que tem a função de identificar um indivíduo no interior de uma coletividade, sem a passagem por um significado relativo a um elemento ou objeto, individual e concreto, isto é, a um “referente” (MARCATO, 2009, p. 19).

Marcato (2009, p. 18) traz à discussão os conceitos de opacidade e transparência do signo onomástico. Para a autora, um signo transparente existe quando, ao nome próprio, há a possibilidade de associar elementos do vocabulário de dada língua, que é o que ocorre no italiano com *Monte Bianco*, por exemplo. Por outro lado, quando essa possibilidade inexistente, é porque o signo onomástico foi criado numa época remota, quando no território em que ocorre

esse signo falava-se outra língua, como ocorre com o topônimo *Verona*⁴. Neste último caso, diz-se que o signo é opaco.

Embora com outras palavras, Guérios (1973, p. 16) também discute a opacidade e a transparência do signo onomástico. O exemplo de signo opaco é o antropônimo *Licurgo*, que atualmente não lembra o primitivo caçador de lobos. Já um exemplo de signo transparente é o topônimo *Bahia*, uma vez que uma localidade que assim se chama pode traduzir, de fato e na atualidade, uma baía.

A partir deste último exemplo, é possível trazer à discussão empreendida por Dick (1990) acerca da motivação onomástica, especificamente em relação ao signo onomástico. Ela alega que “o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada” (p. 34).

Por toda a complexidade que envolve a semântica do nome próprio, é preciso examiná-lo levando em conta também uma perspectiva extralinguística, seja ela diacrônica ou sincrônica (MARCATO, 2009). Além disso, é preciso considerar a onomástica num diálogo com outras áreas, fora da linguística, tais como a antropologia, a sociologia, a geografia, a história e a psicologia (MIORANZA, 2009). É o que defende Dick (1990, p. 33-34), especificamente em relação ao nome próprio de lugar, ao afirmar que “a Toponímia é um imenso complexo línguocultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”.

4. A toponímia e a hodonímia

A toponímia, conforme já explicitado anteriormente, é um dos ramos da onomástica e tem sua origem nos elementos gregos *topos* (lugar) e *onoma* (nome), daí o termo toponímia significar o nome de um lugar. Portanto, é uma área que tem como foco de estudo, principalmente, o nome geográfico e também a documentação que registra esse nome próprio.

⁴ O nome “Verona” é continuação de uma forma antiga *Vērōna* que ficou praticamente imutável no tempo. Uma hipótese atribui ao nome Verona sua derivação “do etrusco, *veru*, *verona*, prováveis nomes de pessoa” (QUEIRAZZA et alii, 2006, p. 818-819). Essa hipótese encontra respaldo na presença do nome *Verona* na Toscana, onde a influência etrusca foi muito grande. Também Olivieri (1961, p. 151) refere-se a nomes tais como *Verona*, *Verone* e *Verolla*, existentes na Toscana e, portanto, corroborando com a hipótese de que o nome é de origem etrusca.

Nessa perspectiva, embora se adote a terminologia toponímia em sentido amplo no presente artigo, Marcato (2009, p. 105) sustenta que, atualmente, deveria ser feita uma distinção entre a toponímia e toponomástica, ocupando-se esta do estudo do nome em si e aquela da documentação em que o nome fora registrado.

Investigar a história do nome de um lugar, seja um acidente físico seja um acidente humano, é, para Dick (1990, p. 19), “um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes”. É o que também preconiza Dauzat (1947, p. 07), ao afirmar que “a toponímia, conjugada com a história, indica ou torna precisos os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus vestígios”.

Por sua vez, Isquierdo (2012, p. 117), ao discutir as relações entre léxico e toponímia, declara que “os sistemas toponomásticos subjacentes à toponímia de uma área territorial representam, em primeira instância, a perpetuação do léxico representativo do momento histórico em que o elemento geográfico foi nomeado”.

O objeto de estudo da toponímia é o nome de lugar, cujo conceito precisa ser descortinado para ser mais bem compreendido. O lugar pode ser um acidente físico (rio, lago, montanha, serra, bosque, etc.) ou então um acidente humano (país, estado, cidade, município, bairro, vila, avenida, rua, etc.) que recebe um nome para ser identificado como diferente dos demais. Logo, um dos aspectos de estudo da toponímia, além do nome do lugar em si, é estudar a motivação toponímica, isto é, entender a “estruturação dos motivos ou das fontes geradoras dos nomes de lugares” (DICK, 1990, p. 22).

Ainda sobre a identificação do lugar como único, a partir do nome que o lugar recebe, Seabra (2006, p. 1956) sustenta:

Os nomes de lugares designam de uma maneira única um espaço físico que corresponde a um conjunto de descrições ou, se quisermos, que é identificável por um determinado conjunto de propriedades que só a ele dizem respeito. Na maioria das vezes, essa nomeação se dá quando um lugar é “batizado” por uma pessoa ou por um grupo no início de seu povoamento e esse batismo passa a fazer parte da cadeia de acontecimentos que levou o denominador a associar o espaço físico ao nome, transmitindo-o, em seguida, aos membros de uma comunidade linguística.

Nesse sentido, Dick (1990, p. 38-39) defende que o signo toponímico é duplamente marcado, isto é, “o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de

um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo”.

Acerca da designação dos topônimos, Dauzat (1947) indica que ela pode ocorrer de forma espontânea, quando é uma espécie de obra inconsciente de uma coletividade, ou então sistemática, “quando ela se deve à ação refletida da autoridade, de um conquistador, de um fundador de cidade” (p. 19-20). O estudioso acrescenta que os nomes de lugar podem ser originados de particularidades topográficas, do nome do fundador de uma cidade ou santo protetor da comunidade, de outros aspectos de ordem histórica, ou ainda de elementos diversos.

Dauzat (1947, p. 21-34) exemplifica as designações espontâneas referentes à geografia física e à geografia humana. No primeiro grupo, aparecem os nomes de localidades formadas a partir de acidentes físicos, como montes, vales, ilhas, cabos, fontes, rios, cursos d’água, lagos, etc. No outro, citam-se elementos da geografia humana, tais como estradas, cruzamentos de estradas, fortalezas, muros, mercados, indústrias, santuários ou templos.

Já as designações sistemáticas “são menos numerosas que as precedentes, portanto às vezes é mais difícil distingui-las, por falta de indicações históricas” (DAUZAT, 1947, p. 36). Como exemplo, uma nova localidade ter o nome do seu fundador, ou quando ocorriam migrações, havia o desejo de que as cidades criadas lembrassem as cidades do seu país de origem. Como exemplo desta última, Dauzat (1947, p. 38) cita os casos de Guadalajara e Valladolid (México) e Granada (Nicarágua).

Outra forma de olhar para a toponímia é a partir da nomeação por força do ambiente natural e do ambiente antropocultural. É o que defende Marcato (2009, p. 155-167) ao afirmar que o nome do lugar pode ser estudado e classificado com base em aspectos naturais, como a forma do terreno, a presença de plantas e animais, e a existência de cursos d’água e montanhas. Já o ambiente antropocultural tem a ver com a presença humana num território, bem como as suas atividades, as edificações, os espaços para cultos e os espaços para locomoção, como as vias e as estradas.

A divisão proposta por Marcato (2009) aproxima-se das taxionomias de natureza física e de natureza antropocultural, propostas por Dick (1990) para proceder à classificação dos topônimos. No primeiro grupo, estão os astrotopônimos (topônimos relativos aos corpos celestes), os cardinotopônimos (relativos às posições geográficas), os cromotopônimos (relativos à escala cromática), os dimensiotopônimos (relativos às dimensões dos acidentes geográficos), os fitotopônimos (relativos aos vegetais), os geomorfotopônimos (relativos às

formas topográficas), os hidrotopônimos (relativos a acidentes hidrográficos), os litotopônimos (relativos aos minerais, à constituição do solo), os meteorotopônimos (relativos aos fenômenos atmosféricos), os morfotopônimos (relativos às formas geométricas) e os zootopônimos (relativos aos animais).

No segundo grupo, Dick (1990) inclui os animotopônimos (topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual), os antropotopônimos (relativos aos nomes individuais), os axiotopônimos (relativos a títulos e dignidades que acompanham os nomes), os corotopônimos (relativos a nomes de cidades, regiões, estados, países, continentes), os cronotopônimos (relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo ou velho), os ecotopônimos (relativos às habitações), os ergotopônimos (relativos aos elementos da cultura material), os etnotopônimos (relativos aos elementos étnicos – tribos, povos, castas) e os dirrematopônimos (constituídos de frases ou enunciados linguísticos).

Ainda nesse grupo, estão os hierotopônimos (relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, a associações religiosas e aos locais de culto), os quais se subdividem em hagiotopônimos (relativos aos nomes de santos do hagiológico romano) e em mitotopônimos (relativos a entidades mitológicas de outras crenças); os historiotopônimos (relativos aos movimentos de cunho histórico, seus membros e às datas comemorativas); os numerotopônimos (relativos aos adjetivos numerais); os poliotopônimos (relativos aos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial); os sociotopônimos (relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho); os somatopônimos (relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal) e os hodotopônimos (relativos às vias de comunicação urbana ou rural).

Chega-se, assim, ao que Marcato (2009, p. 174) denomina de toponímia urbana, que analisa os nomes de cidades, vilas, bairros, castelos, casas entre outros. E, dentro desse ramo, a pesquisadora situa a hodonímia, à qual compete o estudo dos nomes das vias, estradas, ruas, avenidas, enfim, os espaços urbanos usados para a locomoção. É o que também considera Frosi (2010, p. 52), ao definir o objeto da hodonímia: “estudar a origem e a evolução dos nomes das vias e dos espaços públicos de circulação das comunidades urbanas, contemplando os vários aspectos interdisciplinares – históricos, sociais, econômicos, étnicos e culturais – que aí se entrecruzam e se envolvem”.

O termo é formado a partir de dois elementos gregos: *hodos* (via, estrada) e *onoma* (nome), daí a forma hodônimo, isto é, o nome da via, da estrada. A definição é também

explicitada por Marcato (2009, p. 177), para quem a hodonímia compreende “a denominação das estradas, a subdivisão das cidades em bairros ou distritos”. Já Sartori (2010, p. 32) classifica a hodonímia como um microcosmo da toponímia, e deixa claro que ela compreende “o conjunto dos nomes das ruas e praças e de todas as áreas de circulação de um centro urbano”.

A noção de microcosmo é especificada por Dick (1996, p. 133) quando a pesquisadora esclarece que “a rua é um ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia-a-dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes ou festivas”. Estudar, portanto, os nomes das ruas, é perceber que esses nomes “dão pistas do passado e do presente, dos ocupantes, das figuras ilustres homenageadas e dos interesses que estão por trás de sua nomeação” (SARTORI, 2010, p. 32).

Sobre o surgimento das vias públicas, Frosi (2010, p. 54) acredita que

as estradas nascem com os povoados, às vezes, antes deles. No espaço que ocupam, os homens abrem caminhos, até mesmo antes de construírem as bases convenientes e necessárias para a vida saudável do grupo humano. Entendemos que o tempo de vida de um povoado ou de uma cidade é praticamente igual àquele da sua primeira estrada.

Ademais, Frosi (2010, p. 56) defende que os hodônimos podem nos fornecer indícios da cultura, da história e da linguagem de um povo e que eles são um rastro acerca das sucessivas gerações de uma localidade, isto é, dos habitantes que nasceram, viveram e trabalharam num determinado território.

Para Frosi (2010, p. 56-57) os hodônimos

são reveladores da vida de uma comunidade, das escolhas feitas pelos homens e das vicissitudes por eles vividas. Os hodônimos informam a origem étnica do grupo, refletem a fidelidade para com seu universo cultural e/ou sua adesão ao novo ambiente e a tudo o que o cerca. [...] No jogo das presenças e ausências, os topônimos refletem também o prestígio de alguns e o anonimato de outros como reflexo da desigualdade que sempre caracterizou o mundo dos homens.

Numa perspectiva histórica, Dauzat (1947, p. 223-225) apresenta as razões de nomear uma via pública, isto é, as motivações que fazem com que uma rua tenha certo nome. Para o autor, é possível que o nome da rua seja dado em homenagem àqueles que a construíram, que o nome da rua faça referência a um edifício ou então revele locais onde atuavam certas categorias profissionais, o que revela uma espécie de “etimologia popular”. Dauzat assevera que essa perspectiva de nomeação mudou a partir do século XIX, pois as ruas passaram a ser

nomeadas com vitórias bélicas, homens célebres – locais ou nacionais – ou então nomes simbólicos.

Ainda numa perspectiva histórica ou temporal, para Frosi (2010, p. 56)

os hodônimos podem ser substituídos por outros; podem sofrer alterações formais; podem perder nuances de seu significado original e podem assumir outros sentidos; podem passar por alternâncias várias, consequentes da atuação de fatores a eles externos, às vezes, por conjunturas políticas, históricas ou de ordem diversa, mas, de qualquer modo, guardam tradições e crenças, sonhos e realizações: eles preservam a memória do passado e testemunham a tessitura do presente.

Como exemplo, pode-se citar o nome da Rua Júlio de Castilhos, do município de Caxias do Sul-RS, que aparece nos estudos de Silva, M. (2011, p. 52-55). Da sua pesquisa, citam-se as mudanças de nome de uma mesma via urbana: inicialmente o nome do logradouro era *Rua Grande*, por ser a maior e mais importante rua da cidade; depois ela passou a se chamar *Rua Silveira Martins* e, após, *Rua Júlio de Castilhos*, numa clara homenagem ao líder republicano e presidente da província do Rio Grande do Sul.

5. Hodônimos lajeadenses: taxionomias, significados e interfaces

A partir do levantamento realizado no mapa urbano do município de Lajeado, referente ao ano de 2013, em que constam os nomes de todas as vias urbanas do município e a sua respectiva localização, chegou-se ao total de 536 logradouros, entre ruas, avenidas e travessas. Numa primeira classificação, levando-se em conta as categorias taxionômicas propostas por Dick (1990), percebe-se que os hodônimos de natureza antropocultural superam em larga escala os de natureza física, conforme gráfico abaixo (Gráfico 01).

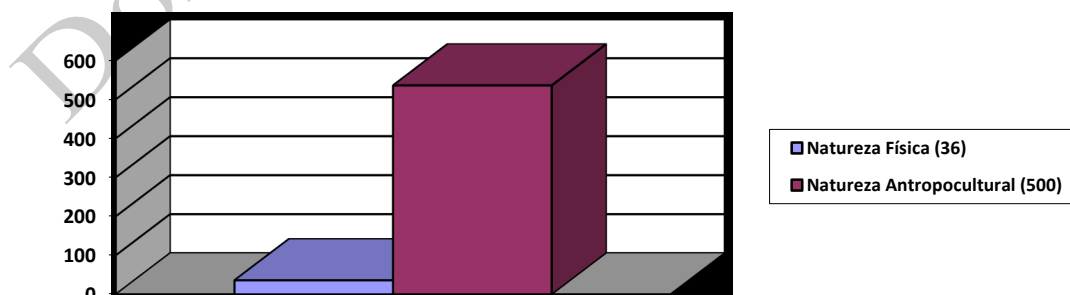


Gráfico 01 – Hodônimos de natureza física e antropocultural.

A análise desses primeiros dados, quais sejam, 500 hodônimos de natureza antropológica e 36 de natureza física, que correspondem a 93,3% e a 6,7%, respectivamente, revela uma tendência geral da toponímia urbana, “pois aí há aglomerações de pessoas que buscam motivação nos fatos relacionados à cultura ou à história local ou nacional ao denominar um acidente humano” (CIOATO, 2012, p. 48).

Do total de hodônimos de natureza física (36), houve a classificação em cinco taxionomias, a saber: cardino-hodônimos (03), hidro-hodônimos (01), lito-hodônimos (03), zoo-hodônimos (06) e, em maior número, os fito-hodônimos (23). Como exemplos das taxionomias de natureza física têm-se: Rua Central, Av. Beira Rio, Rua Ametista, Rua dos Colibris e Rua das Laranjeiras, respectivamente (Gráfico 02).

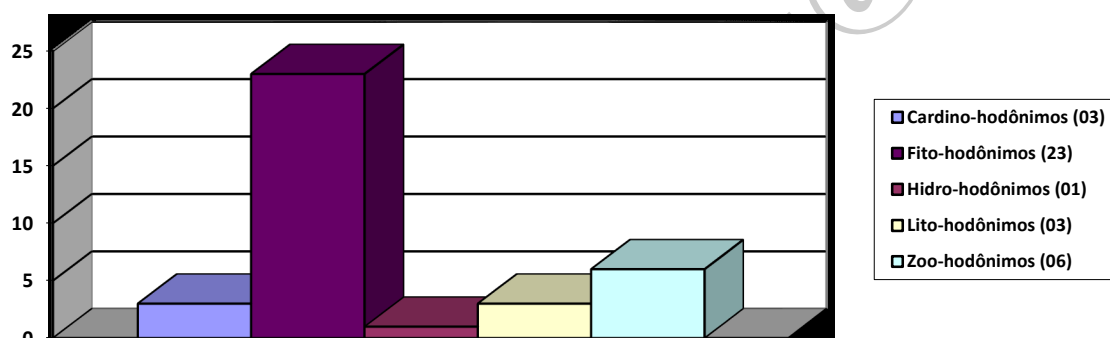


Gráfico 02 – Hodônimos de natureza física.

O que se pode depreender do baixo número de hodônimos de natureza física é que as ruas, avenidas e travessas, por serem um acidente geográfico eminentemente humano, apresentam uma tendência de serem nomeadas por nomes de natureza antropológica. É o que pode ser inferido a partir da constatação de Santos e Seabra (2011, p. 24): “a motivação toponímica de natureza física é maior em se tratando dos acidentes físicos. Ora, isso é esperado, uma vez que a natureza física do topônimo remete ao acidente físico, ou ao seu referente.”

Se analisarmos apenas os hodônimos de natureza antropológica, teremos a presença de onze taxionomias, conforme descrição a seguir: animo-hodônimos (03), axio-hodônimos (29), coro-hodônimos (68), eco-hodônimos (01), ergo-hodônimos (02), hagio-hodônimos (07), historio-hodônimos (18), mito-hodônimos (01), número-hodônimos (01), sócio-hodônimo (01) e, em número absolutamente maior, antroponímicos (369). Como exemplos, podem ser citados: Travessa da Paz, Avenida Senador Alberto Pasqualini, Rua Bahia, Rua Galpão de Barro, Travessa da Bica, Rua Santo Inácio, Avenida Sete de Setembro, Rua Alan Kardec,

Avenida dos Quinze, Avenida ACVAT⁵ e Rua Machado de Assis, respectivamente (Gráfico 03).

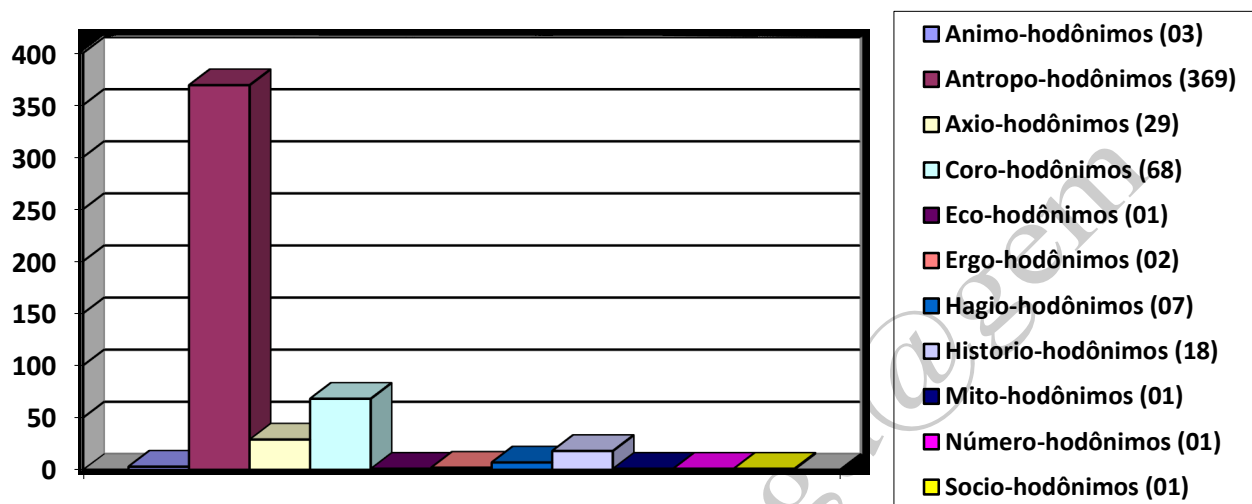


Gráfico 03 – Hodônimos de natureza antropocultural.

Como se pode perceber, existe um elevado número de antropo-hodônimos (369), os quais equivalem a 73,8% dos hodônimos de natureza antropocultural e a 68,8% do total de hodônimos pesquisados. A forte presença de antropo-hodônimos foi também identificada em outros estudos hodonímicos, como o realizado por Frosi (2010) a partir dos logradouros da cidade de Caxias do Sul-RS. Conforme a pesquisadora, do total de 3.611 hodônimos analisados, 3.178 são antropo-hodônimos, o que equivale a 88% do total. A pesquisa de Cioato (2012), que estudou os topônimos do município de São Marcos-RS, também revelou um alto percentual de antropo-hodônimos, que chegam a 75% do total dos nomes de ruas que foram analisados.

A elevada presença de antropotopônimos na onomástica brasileira já fora citada por Dick (1990, p. 285), ao afirmar que “dentre as taxionomias de natureza antropocultural, sobressaem-se, pela expressividade das formações onomásticas, os chamados antropotopônimos, ou nomes de lugares constituídos a partir dos designativos pessoais, seja em prenomes ou em apelidos de família, combinadamente ou não”.

Ademais, Filgueiras (2011, p. 41) conclui que a utilização de nomes de pessoas comuns ou públicas para nomear lugares, como ruas e avenidas, especialmente se essas pessoas se

⁵ ACVAT é a sigla de “Associação dos Caixeiros Viajantes do Alto Taquari”, por isso o hodônimo foi classificado como sócio-hodônimo já que se relaciona às atividades profissionais, no caso à atividade dos caixeiros viajantes. Francisquini (1998) sugere a classificação como acrônimo-hodônimo, pois o nome da avenida é formado por uma sigla. No presente trabalho, decidiu-se manter a classificação como sócio-hodônimo por toda a classificação ter sido feita com base nas taxionomias propostas por Dick (1990).

destacaram nos processos sócio-políticos e culturais da localidade, permite que se preserve parte da história regional ou nacional, além de permitir que essa história seja repassada às gerações futuras.

Quanto à distribuição dos antroponímicos por gênero, é possível perceber uma tendência que os estudos onomásticos têm demonstrado, isto é, uma supremacia dos antroponímicos masculinos em detrimento dos femininos (FROSI, 2010; FILGUEIRAS, 2011; SILVA, B. 2011; CIOATO, 2012). No caso do presente estudo, os nomes masculinos correspondem a 91,3% enquanto os femininos ocupam apenas 8,7% do total (Gráfico 04).

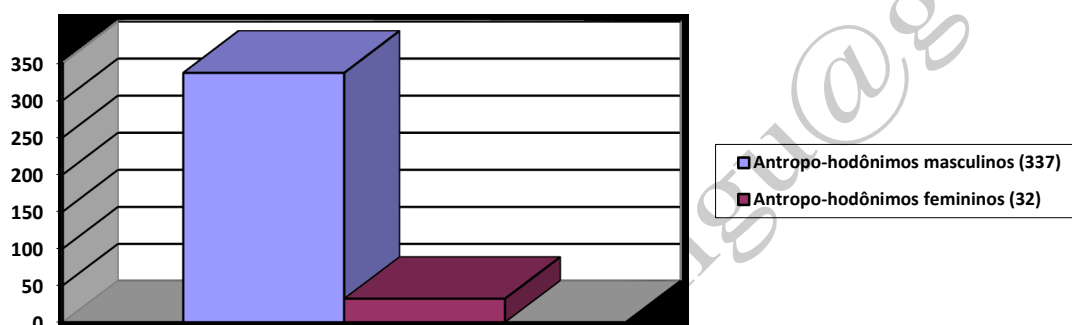


Gráfico 04 – Antroponímicos distribuídos por gênero.

Sobre a discrepância relativa ao gênero, Frosi (2010, p. 68) assevera que “isso nos adverte quanto ao papel que, de modo geral, foi desempenhado pela mulher, através do tempo. A desigualdade dos dois gêneros, em detrimento da mulher e com privilégios para o homem, reflete-se também nos onomásticos.” Silva, B. (2011), num estudo sobre a presença de nomes de mulheres imigrantes nos onomásticos da cidade de Maringá-PR, observa que, mesmo naquelas vias nomeadas com nomes femininos, na lei ou ato de nomeação, aparece constantemente a referência às ações do marido ou dos filhos, tais como “ “esposa de...” “ajudou o marido...” “o marido foi...”, “mãe de tantos filhos...”, “seus filhos na cidade residem e contribuem para o progresso da cidade...” ” (p. 402).

Olhando ainda para os antroponímicos a partir da perspectiva da origem étnica dos sobrenomes, destacam-se 214 de origem alemã (58%), 117 de origem lusa (31,7%), 26 de origem italiana (7%) e 12 sobrenomes pertencentes a outros grupos étnicos (3,3%), como poloneses, ingleses, hispânicos, etc., conforme pode ser visualizado no Gráfico 05.

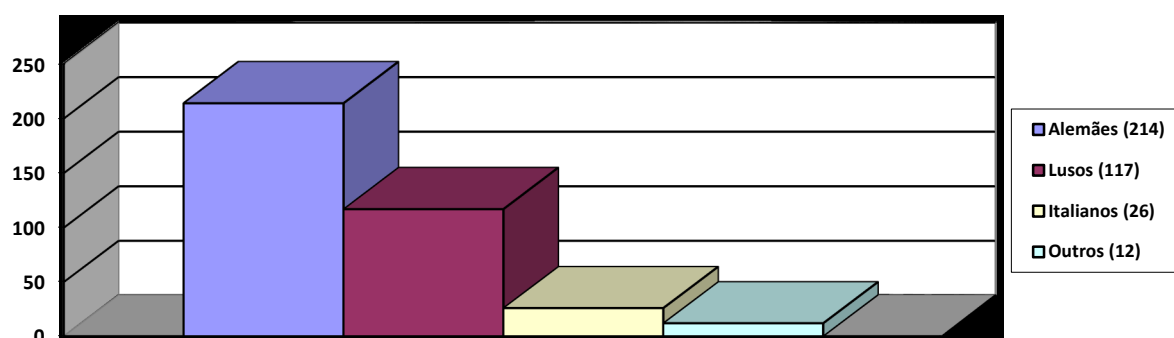


Gráfico 05 – Antropo-hodônimos distribuídos por origem étnica.

Os dados acima, que indicam uma supremacia dos hodônimos de origem alemã sobre os demais, estão em consonância com a história de ocupação e colonização do município de Lajeado-RS. A ocupação da localidade iniciou com os irmãos João e José Inácio Teixeira recebendo sesmarias, as quais foram, depois, divididas em fazendas, por volta de 1800. Meio século mais tarde, a contar de 1853, Fialho de Vargas comprou as terras dos irmãos Teixeira e passou a vender pequenos lotes aos imigrantes alemães e seus descendentes. Portanto, a fundação de Lajeado é de origem lusa, embora a localidade tenha se desenvolvido com mais efervescência a partir da chegada da população de origem germânica.

É preciso ainda mencionar que, apesar de Lajeado não ter sido colonizado diretamente por imigrantes italianos e seus descendentes, a presença de um pequeno número de hodônimos de origem italiana também pode ser compreendida à luz da análise histórica da evolução do município. Ao analisar a presença de antropônimos de origem italiana no município, Eckert (2013) explica o fenômeno, que também pode ser aplicado aos antropo-hodônimos:

o município, que hoje possui 90 km², era dez vezes maior no ato de sua emancipação, em 1891, e abarcava uma região onde atualmente localizam-se 11 outros municípios. Entre eles, vários que foram colonizados por descendentes de imigrantes italianos, num processo que Frosi e Mioranza (2009) chamam de correntes migratórias internas (p. 157).

Quanto ao número de hodônimos de origem lusa, percebeu-se que mais da metade, isto é, 62 dos 117, remete não a personalidades locais, e sim a vultos históricos que tiveram destaque na sociedade do Rio Grande do Sul e do Brasil. Entre eles, podemos citar: nomes que remetem à época do descobrimento do Brasil e à época do Brasil colônia (Rua Pedro Álvares Cabral, Rua Mem de Sá), Presidentes da República (Rua Washington Luis), integrantes da Revolução Farroupilha (Rua Antônio de Souza Neto), políticos gaúchos do Período Republicano (Rua Osvaldo Aranha), escritores de renome nacional (Rua Machado de Assis), médicos brasileiros

(Rua Oswaldo Cruz), músicos de renome nacional (Rua Heitor Vilalobos) e demais intelectuais brasileiros (Rua Joaquim Nabuco) (Gráfico 06).

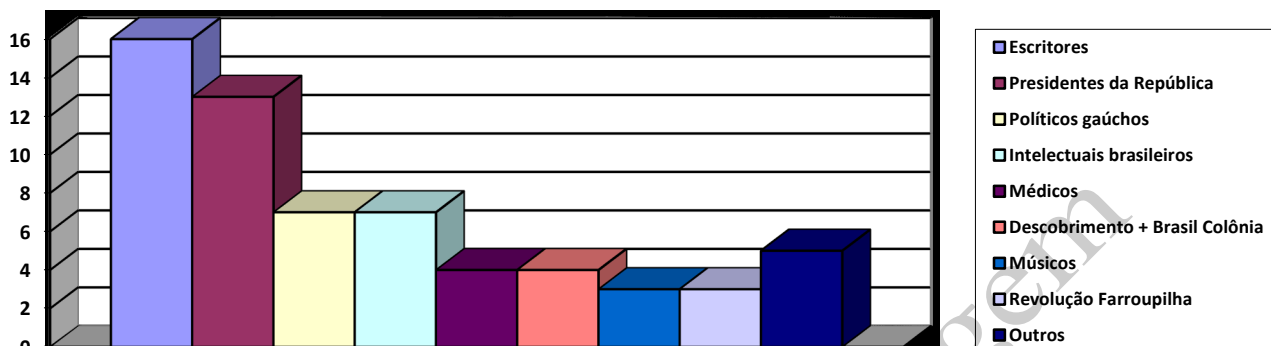


Gráfico 06 – Antropo-hodônimos de origem lusa a partir de vultos históricos estaduais e nacionais.

Lajeado não é a única cidade em que vários logradouros receberam nomes de personalidades nacionais ou estaduais. Outros estudos hodonímicos (FAGGION, DAL CORNO, FROSI, 2008; FROSI, 2010; SARTORI, 2010; CIOATO, 2012) têm mostrado que essa é uma prática comum em outras cidades do Rio Grande do Sul, reforçando, dessa maneira, a tese defendida por Dick (1995), que afirma ser uma característica da toponímia brasileira “homenagear personalidades públicas formadoras do pensamento político e cultural do país” (p. 64).

Além dos antropo-hodônimos, cuja análise deu-se a partir de diferentes prismas, há ainda duas taxionomias que merecem ser analisadas e discutidas: os coro-hodônimos e os hagio-hodônimos. A primeira delas pelo número considerável de hodônimos (68 logradouros, que correspondem a 12,68% do total e que são a segunda taxionomia mais comum) e a outra pela quase inexistência (07 logradouros que correspondem a apenas 1,3% do total).

Dos 68 coro-hodônimos analisados, 41 derivam de nomes de cidades (dos quais 13 são nomes de capitais de estados), 18 de estados e 9 de países, conforme exemplos a seguir: Rua Porto Alegre, Rua Sergipe e Rua Uruguai (Gráfico 07). A maciça presença de coro-hodônimos também foi identificada em estudo realizado por Faggion, Dal Corno e Frosi (2008, p. 290) sobre as ruas de outra cidade gaúcha, Bento Gonçalves, localizada a 75 km de Lajeado. Segundo as pesquisadoras, o alto número de coro-hodônimos no município parece indicar que havia a necessidade premente de nomear os logradouros da cidade que crescia num ritmo acelerado, e uma solução encontrada tenha sido a escolha dos coro-hodônimos.

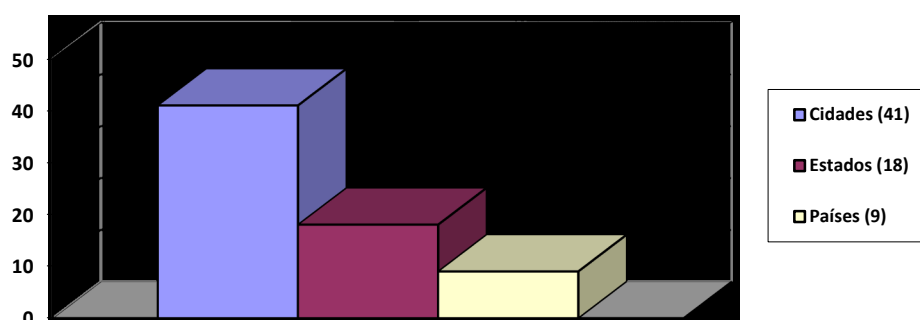


Gráfico 07 – Distribuição dos coro-hodônimos quanto à origem (cidades, estados, países).

Embora no presente estudo não se tenha como objetivo principal discutir e analisar a motivação toponímica, é preciso mencionar que as ruas nomeadas com nomes de países localizam-se todas no mesmo bairro, que se chama, não por acaso, Bairro das Nações. Já a grande maioria das ruas com nomes de Estados e cidades (gaúchas ou brasileiras) está situada em dois bairros, São Cristóvão e Universitário, cujo desenvolvimento cresceu vertiginosamente nas últimas décadas, conforme dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Lajeado (www.lajeado.rs.gov.br). Essas informações podem corroborar a tese de Faggion, Dal Corno e Frosi (2008) acerca da motivação hodonímica, isto é, nomear ruas e avenidas com nomes de cidades ou estados como alternativa ao rápido crescimento da cidade.

E, finalmente, a pouca presença de hagio-hodônimos é outro dado que merece destaque, uma vez que os nomes das vias públicas e, é claro, a motivação da nomeação, pode ser um indicativo da história cultural de uma comunidade. Uma das explicações pode ter relação com a história de colonização e desenvolvimento de Lajeado, que ocorreu, predominantemente, com a imigração de alemães e seus descendentes, muitos dos quais não professavam a religião católica, a partir da qual se formaram os hagiopônimos, isto é, nomes de lugares com nomes de santos e santas do hagiológico católico romano.

Tampouco é possível afirmar que em Lajeado, tendo em conta os imigrantes alemães e seus descendentes, tenha predominado a religião luterana, uma vez que o município possui várias comunidades católicas, entre elas, três paróquias, que atualmente pertencem à Diocese de Santa Cruz do Sul (www.mitrasc.com.br). Guardadas as devidas proporções, pode-se inferir que, assim como nos topônimos estudados por Seabra (2007) na região do Carmo-MG – nos quais houve pouca expressividade dos hagiopônimos – a pouca presença dos hagio-hodônimos em Lajeado não significa que o povo não tenha religiosidade, pois “o fortalecimento

da fé cristã se impõe pela ausência de astrotopônimos, meteorotopônimos e mitotopônimos” (SEABRA, 2007, p. 102).

Além disso, se estabelecermos uma comparação com os nomes dos bairros de Lajeado, percebe-se que a religiosidade se manifesta em 06 dos 27 bairros, o que corresponde a 22,3% do total, bem superior ao percentual de hagio-hodônimos, que ficou em 1,3%. Dos 06 bairros que guardam uma relação com a religiosidade, 04 podem ser classificados como hagiopônimos, pois foi a partir do nome do santo que o bairro passou a ser denominado, como os bairros Santo André, Santo Antônio, São Bento e São Cristóvão. Os outros dois topônimos são Bom Pastor e Igrejinha.

6. Considerações finais

Ao fazer o levantamento e a análise dos hodônimos de Lajeado, é possível realizar algumas leituras da realidade sócio-histórica do município, ou seja, os nomes das ruas e avenidas permitem que se entendam aspectos culturais da comunidade lajeadense. Entre esses aspectos, pode ser citada a história de ocupação do território e, a partir dela, os vestígios deixados pelos habitantes e, é claro, o que esses vestígios significam.

Portanto, um dos aspectos a ser considerado é o elevado número de antroponímicos em detrimento das outras taxionomias, que também foi percebido em outros estudos hodonímicos do Rio Grande do Sul e também em estudos toponímicos do Brasil. Ainda nessa categoria, o baixo número de antroponímicos do gênero feminino revela o papel que a mulher tem desempenhado ao longo do tempo, a quem cabia o cuidado da casa e dos filhos, e em Lajeado não teria sido diferente.

Os sobrenomes dos antroponímicos mostram uma sintonia entre a história de colonização de Lajeado e a nomeação dos logradouros, uma vez que os antroponímicos de origem alemã se sobrepõem aos das demais etnias, como a portuguesa e a italiana. É preciso lembrar que a ocupação do território ocorreu, predominantemente, por imigrantes alemães e seus descendentes, embora a criação da localidade tenha sido de origem portuguesa, com os irmãos João e José Inácio Teixeira recebendo sesmarias que depois foram divididas em fazendas.

Os percentuais de sobrenomes dos antroponímicos referentes à origem étnica – 58% de origem alemã, 31,7% de origem lusa e 7% de origem italiana – aproximam-se dos sobrenomes que ainda hoje existem em Lajeado. Em estudo realizado a partir dos 20

sobrenomes com maior número de ocorrências no município, Eckert (2013) percebeu que 10 eram de origem alemã, 9 de origem lusa e apenas 1 de origem italiana, o que corresponde a 50%, 45% e 5%, respectivamente. Logo, pode-se dizer que na origem étnica dos sobrenomes dos antropo-hodônimos refletem-se os sobrenomes da população que hoje reside no município, ou vice-versa.

Por fim, o presente estudo permitiu que se fizesse uma leitura da realidade de Lajeado a partir dos nomes de seus logradouros. É possível, em estudos futuros, buscar os documentos escritos – tais como Leis, Decretos e Atos de Denominação – que nomeiam as vias públicas municipais e analisar a motivação hodonímica, bem como se houve mudanças nos nomes das ruas e avenidas ao longo do tempo e por que essas mudanças aconteceram.

Este estudo serviu, ainda, como ponto de partida para outros estudos toponímicos sobre o município de Lajeado como, por exemplo, o significado dos nomes dos bairros da cidade. As reflexões aqui propostas poderão contribuir com subsídios para estudos hodonímicos de outros municípios do Vale do Taquari, do qual Lajeado faz parte, bem como na elaboração de um futuro atlas toponímico da região do Vale do Taquari e, quem sabe, do Rio Grande do Sul.

Referências

CIOATO, F. B. **Os nomes do município de São Marcos**: linhas, comunidades, bairros e ruas. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2012.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**: origen et évolution – Villes et villages – Pauys – Cours d'eau – montagnes – lieuxdits. 5 ed. Paris: Delagrave, 1947.

_____. **Les noms de personnes**: origen et évolution Prénoms – Noms de famille – Surnoms. 4 ed. Paris: Delagrave, 1950.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. O léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas. In: **Revista Brasileira de Linguística**. (SBPL) (Sociedade Brasileira de Professores de Linguística). São Paulo: Plêiade, 1995, v. 8.

_____. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: Anablume, 1996.

ECKERT, K. Quem é quem? Um estudo antroponímico a partir dos sobrenomes do município de Lajeado-RS. In: **Domínios de Linguagem**. v. 07, n. 01, jan./jun de 2013.

FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M.; FROSI, V. M. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e denominação. In: **Métis**. Caxias do Sul, v. 7, n. 13, jan./jun. 2008.

FILGUEIRAS, Z. F. **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte**: passado e presente. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

FRANCISQUINI, I. de A. **O nome e o lugar**: uma proposta de estudos toponímicos na microrregião de Paranavaí. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, 1998.

FROSI, V. M.; MIORANZA, C. **Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. 2 ed. rev. e aum. Caxias do Sul: Educus, 2009.

FROSI, V. M. Os logradouros de Caxias do Sul: seus nomes, suas interconexões. In: II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2010, Évora. **A Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Évora: Universidade de Évora, 2010. p. 50-73.

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**. 2 ed. São Paulo: Ave Maria, 1973.

ISQUERDO, A. N. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA M. C. T. C. de (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. V. VI, Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012, p. 115-140.

MARCATO, C. **Nomi di persona, nomi di luogo**: introduzione all'onomastica italiana. Bologna: il Mulino, 2009.

MIORANZA, C. **Filius Quondam**: a origem e o significado dos sobrenomes italianos. 2 ed. São Paulo: Larousse, 2009.

OLIVIERI, D. **Toponomastica Veneta**. Venezia-Roma: Istituto per la collaborazione culturale, 1961.

QUEIRAZZA, G. G. et alii. **Dizionario di toponomastica**: storia e significato dei nomi geografici italiani. Torino: UTET, 2006.

SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de. Memória do Patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos. In: **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 2011.

SARTORI, T. O. **Ruas de minha cidade**: um estudo hodonímico. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2010.

SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e onomástica. In: **Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)**. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf>.

_____. A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. 03. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

SECULTUR – Secretaria de Cultura e Turismo de Lajeado. **Descobrimo Lajeado: aspectos históricos, culturais, paisagísticos e muito mais...** Caxias do Sul: Mercoplan, 1997.

SHIERHOLT, J. A. **Lajeado II: APEUAT – raízes do ensino superior**. Lajeado: J.A. Shierholt, 1995.

_____. Imigração italiana no Vale do Taquari. In: **Anais do I e II Simpósios Raízes do Vale**. Lajeado: Grafocem, 2000, p. 92.

SILVA, B. S. M. da. As imigrantes de Londrina: uma análise hodonímica. In: **Anais do V Congresso Internacional de História**. Maringá, 2011.

SILVA, M. D. P. da. **A razão de nomear: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul**. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2011.

VASCONCELLOS, J. L. de. **Opúsculos**. Coimbra: Imprensa da Universidade, v. III, 1931. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/opusculos/vol03/opusculos03.html> Acesso em: 06 de fev. 2012. v. III.

www.ibge.gov.br Acesso em 02/01/2013.

www.lajeado.rs.gov.br Acesso em 04/12/2013.

www.mitrasc.com.br Acesso em 04/12/2013

Artigo recebido em: 05.01.2014

Artigo aprovado em: 15.03.2014